

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.009 - PE (2019/0278766-5)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : MARCIO AURELIO BATISTA DO NASCIMENTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA JÚNIOR - PE034619  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **MARCIO AURELIO BATISTA DO NASCIMENTO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 18 anos de reclusão, em regime prisional fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal (e-STJ, fls. 27-30).

Após o trânsito em julgado do decreto condenatório, a defesa impetrou *writ* perante a Corte de origem, que não mereceu conhecimento, nos moldes da seguinte ementa:

"*HABEAS CORPUS* - CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO - VIA ELEITA INADEQUADA - MATÉRIA DE REVISÃO CRIMINAL - HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA A PERMITIR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO" (e-STJ, fl. 67).

Em razões, o recorrente sustenta, em síntese, que: a) "o *habeas corpus* em revisão criminal, em regra, constitui meio impróprio para o reexame da dosimetria da pena fixada pelas instâncias ordinárias, uma vez que não comporta a análise do conjunto fático-probatório produzido nos autos. Em hipóteses excepcionais, o Superior Tribunal de Justiça tem admitido reapreciar a reprimenda que se mostre, inequivocamente, ofensiva aos critérios previstos nos arts. 59 e 68 do Código Penal"; b) "a exigibilidade de conduta diversa, juntamente com a potencial consciência da ilicitude, é pressuposto da culpabilidade, elementar do conceito analítico de crime, não pertencendo ao rol das circunstâncias judiciais, previstas no art. 59 do Código Penal, porquanto a culpabilidade, neste referenciada, diz respeito à reprovabilidade social, descabendo a exasperação da pena -base, genericamente, a tal título"; c) "o julgador é dotado de discricionariedade, no tocante ao quantum de majoração da reprimenda, dentro dos parâmetros fixados na lei, devendo sempre se balizar pela proporcionalidade e razoabilidade, assim como pela suficiência da medida, a fim de reprovar e reprimir o crime, de modo a conferir plena aplicabilidade ao princípio da individualização da pena"; d) "a pena aplicada ao paciente na sentença exacerbada merecendo atenção deste Corte. Entretanto a sentença carece de fundamentação nas fases de aplicação da pena, sobretudo na fixação da pena-base para o crime reconhecidos na sentença, na exasperação acima do mínimo legal decorrente das causas de aumento e na fixação do regime de cumprimento de pena"; e) "as circunstâncias relativas à conduta social e a Personalidade do paciente, tal como valoradas pelo MM. Juiz de primeiro grau, não podem ser consideradas negativas. Ademais, nem sequer justificaram a elevação da reprimenda em quantum superior ao

# Superior Tribunal de Justiça

mínimo" (e-STJ, fls. 82-92).

Pugna, assim, pelo provimento do recurso para reduzir a reprimenda ao mínimo legal.

A Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 109-116).

## **É o relatório.**

Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que as questões trazidas neste recurso não foram objeto de exame no acórdão impugnado. Desse modo, esta Corte está impedida de conhecê-las, sob pena de indevida supressão de instância.

No entanto, segundo se infere, o *writ* originário não mereceu conhecimento sob o entendimento de que não cabe *habeas corpus* como sucedâneo de revisão criminal.

Contudo, a jurisprudência desta Corte tem decidido que, embora realmente não se admita a impetração de *habeas corpus* substitutivo do recurso próprio, cabe ao órgão julgador aferir a existência de eventual coação ilegal imposta ao paciente, a justificar a concessão da ordem, de ofício.

Nesse sentido:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO, OU NÃO, DA CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL PARA OBTENÇÃO DA BENESSE. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DO TEMA POR ESTA CORTE, SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO APENAS PARA DETERMINAR AO TRIBUNAL ESTADUAL QUE ANALISE O MÉRITO DO HC N. 0002429-18.2015.8.26.0000. 1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do writ, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. 2. Na hipótese, verifica-se que o Tribunal estadual não conheceu do habeas corpus impetrado na origem (HC n. 0002429-18.2015.8.26.0000), por ser substitutivo de recurso próprio. 3. A negativa de análise da questão pela Corte a quo impede qualquer manifestação deste Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Nesse contexto, a solução passa pelo retorno dos autos ao Tribunal de origem para que examine a fundamentação expendida pela impetrante, relativa ao cumprimento dos requisitos objetivo e subjetivo concernentes ao livramento condicional, como entender de direito. 5. Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício apenas para determinar que o Tribunal a quo analise o mérito do HC n. 0002429-18.2015.8.26.0000." (HC 342.417/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 01/02/2016.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. QUADRILHA. ILEGALIDADE DO INDEFERIMENTO DE PERÍCIA REQUERIDA PELA DEFESA EM RESPOSTA À ACUSAÇÃO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 1. A aventada ilegalidade do indeferimento de perícia requerida pela defesa em resposta à acusação não foi alvo de deliberação pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação desta Corte Superior de Justiça sobre o tópico, evitando-se com tal medida a atuação em indevida supressão de instância. 2. Da leitura do acórdão objurgado, observa-se que em momento algum o mérito do writ originário foi enfrentado pela Corte de origem, que, equivocadamente, entendeu que tal questão não repercutiria na liberdade de locomoção do réu, o que evidencia a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ensejando constrangimento ilegal passível de ser remediado com a concessão da ordem de habeas corpus, ainda que de ofício. 3. Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, em reiterados julgados, tem analisado, na via do remédio constitucional, se a negativa de produção de prova pleiteada pelo acusado encontra-se ou não fundamentada, já que eventual cerceamento do direito de defesa do réu atinge, ainda que indiretamente, a sua liberdade, não se tratando, portanto, de matéria que não pode ser apreciada no âmbito do mandamus. 4. Recurso não conhecido. Ordem concedida de ofício para determinar a baixa dos autos ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para que aprecie o mérito do mandamus lá impetrado." (RHC 61.304/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 29/09/2015.)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso. Contudo, **concedo a ordem**, de ofício, para determinar que o Tribunal de origem analise o mérito do HC n. 0000910-18.2019.8.17.0000 , como entender de direito, e verifique a existência de eventual flagrante ilegalidade imposta ao recorrente, a justificar a concessão da ordem, de ofício.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator